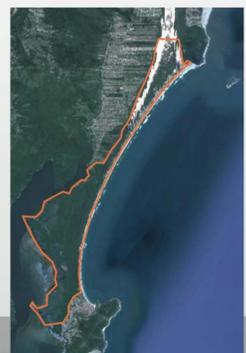
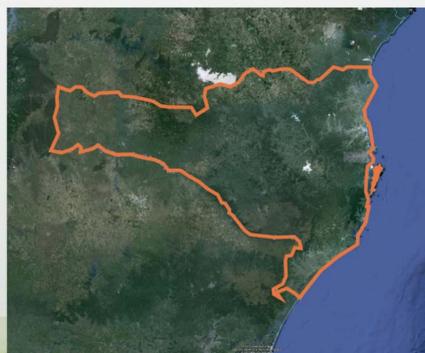


PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO PARQUE ESTADUAL DO RIO VERMELHO

CONTEXTUALIZAÇÃO

INTRODUÇÃO ao ser classificada como Unidade de Conservação garante-se pela Lei nº 9.985, lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que a área é um espaço territorial de recursos e características naturais relevantes, com objetivos de conservação do ambiente natural. O Brasil possui uma das biotas mais notáveis do planeta e a criação de unidades de conservação é a forma mais reconhecida e utilizada para garantir a proteção dessas espécies e ecossistemas. O SNUC tem como objetivo, além de localizar essas áreas de expressivo valor natural e garantir a preservação desses ecossistemas, promover a conscientização social quanto à importância de tais unidades de conservação. Pois, somente criar e proteger a área dessas unidades, não é suficiente para reverter a situação de degradação ambiental e de destruição de importantes ecossistemas. É necessário que as pessoas que vivem no entorno dessas unidades de conservação se conectem e interajam de maneira sustentável com ela.

Sendo assim, a Lei nº 9.985 prevê a criação de estruturas e elementos para favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico. É garantido também pela Política Estadual de Educação Ambiental o auxílio prestado pelo Poder Público para a sensibilização da sociedade quanto à importância da criação, gestão e manejo de unidades de conservação e seu entorno. Assim como a implantação de Centros de Educação Ambiental através da destinação e uso de áreas urbanas e rurais para o desenvolvimento prioritário de atividades de educação ambiental. Propõe-se a utilização do espaço físico de instituições de preservação, entre elas as unidades de conservação, e também de seu corpo técnico, para promover a educação ambiental das escolas do entorno. Promovendo assim a educação aliada à experimentação do meio natural. Essa educação sobre o meio ambiente é mais eficiente se for realizada através de experiências acima de discursos. Pois é na vivência com a natureza que se cria uma relação de afinidade e respeito com ela. Já é definido na Agenda 21 (1992) que “O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisões”. Devido à sua importância, nos últimos anos a educação ambiental foi sendo inserida em programas educacionais de caráter nacional e estadual. Chegando de maneira formal e integral ao estado de Santa Catarina no ano de 2005 através da Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 13.558 que decreta que as instituições educativas devem promover a educação ambiental integrada aos seus projetos pedagógicos. Como muitas escolas não possuem espaço físico que permita a realização de atividades educacionais ambientais, o tema acaba sendo tratado superficialmente, apenas através de trabalhos e projetos teóricos. O Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE), que é uma Unidade de Conservação Estadual, é regido pelas normas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e administrado pela FATMA – Fundação do Meio Ambiente, que entre outras responsabilidades, tem a de administrar as Unidades de Conservação Estaduais. O parque possui importantes amostras de ecossistemas do Bioma Mata Atlântica, um dos mais ameaçados do planeta, e de formações pioneiras de dunas, restinga e floresta ombrófila densa. Foi atribuído à categoria Parque Estadual para proteger esses remanescentes e sua fauna associada, manter o equilíbrio hídrico da região, garantir o manejo de áreas degradadas que ainda tem potencial de regeneração e proporcionar o planejamento e uso da área para realização de atividades de lazer, pesquisa científica, conscientização ambiental das comunidades do entorno e visitação. A região do entorno do parque é conformada por três comunidades, totalizando aproximadamente 22 mil moradores (IPUF, 2008), e dezenove núcleos de ensino (Geo – PMF, 2011). Apesar do grande público que a unidade poderia atrair, e do grande potencial que tem para a prática de atividades de educação e interpretação ambiental, o parque não conta com infraestruturas adequadas para receber esses visitantes.



Mapa de Localização. Base da Imagem: Google Earth

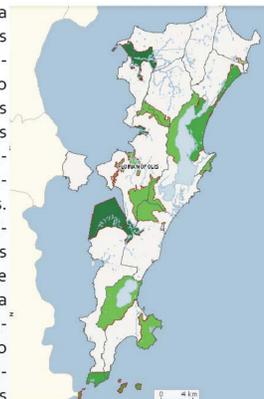
TEMA elaboração de um projeto que estruture e conecte áreas de uso, em locais de acesso permitido à população, dentro do Parque Estadual do Rio Vermelho. Promovendo assim a possibilidade de apropriação de um espaço público, em meio a natureza, para a prática de atividades recreativas, educacionais e turísticas.

OBJETIVO

- Incentivar a valorização da natureza pela população, propiciando a ela um espaço de convívio em um meio ambiente natural que atualmente é sub-aproveitado.
- Propiciar a realização de atividades educacionais em meio à natureza através da criação de Centros de Educação Ambiental, relacionadas aos ecossistemas existentes no parque.
- Disponibilizar estruturas de recepção aos visitantes do parque instruindo-os sobre a unidade de conservação, suas características naturais, e possíveis atividades a serem realizadas nela.
- Aplicar técnicas de projeto arquitetônico que agride o meio ambiente em que estará inserido, tanto pela escolha dos materiais quanto dos sistemas construtivos.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

a ilha de Santa Catarina é composta por uma diversidade de ecossistemas conformados por florestas, manguezais, restingas, dunas, entre outros. Com o desenvolvimento da urbanização muitos desses ecossistemas foram prejudicados. A criação de Unidades de Conservação é um dos instrumentos usados pelo Poder Público para garantir a preservação dos ambientes naturais existentes. O estado de Santa Catarina possui dez unidades de conservação estaduais, entre as quais duas estão presentes no município de Florianópolis. São elas o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o do Rio Vermelho, sendo este o único que está totalmente inserido na área do município. Na ilha de Santa Catarina encontram-se também três unidades de conservação federais e onze municipais.



Mapa de Unidades de Conservação da Ilha de SC. Fonte: Geoprocessamento Corporativo Florianópolis

DADOS GERAIS

- Localizado na costa leste da Ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis, SC.
- Criado a partir do Decreto nº 308, em 24 de maio de 2007, e administrado pela Fatma desde então.
- Compoem uma área de 1.532 hectares e apesar de localizar-se em apenas um município tem característica estadual devido à sua proporção.
- Acessado a partir da SC- 406, proveniente do Distrito dos ingleses e da Lagoa da Conceição, que transpassa a área do parque; e através do terminal lacustre Luiz Osvaldo d’Acampora Filho.

ÁREA DE ENTORNO

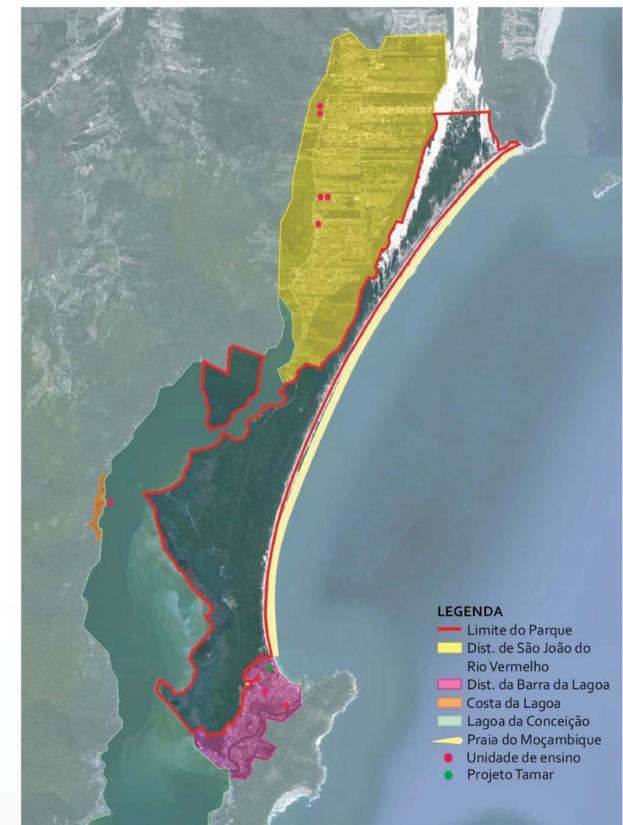
LIMITES o Parque Estadual do Rio Vermelho limita-se ao norte e ao sul por duas comunidades, o Distrito do Rio Vermelho e o da Barra da Lagoa, respectivamente; a leste e oeste por acidentes geográficos, a Lagoa da Conceição e a Praia do Moçambique. Possui ainda uma área fisicamente desconectada dessa grande porção, localizada do outro lado da lagoa, fazendo fronteira com a região da Costa da Lagoa, área também preservada. A região de entorno imediato do parque é conformada por três comunidades:

SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO

- População: 13.958 habitantes (IPUF, 2007).
- Ambiente social: Comunidade consolidada por açorianos.
- Ambiente natural: patrimônio ecológico privilegiado, identificado pela Praia do Moçambique, pela vegetação de restinga, pelo Rio Vermelho e pelo campo de dunas.
- Economia: primeiramente envolveu agricultura e criação de animais, sendo abandonado p/ atender a nova demanda de consumo da região, que envolve o comércio e o turismo. Ainda sim se caracteriza como bairro-dormitório, dependendo do centro da cidade.
- Cultura: Vínculo c/ a cultura tradicional açoriana. Festas típicas, farra do boi, gastronomia, artesanato, construção de embarcações e sociabilidade.
- Educação: cinco núcleos de ensino
- Problemática: crescimento urbano desordenado ameaça suas características naturais/ soluções inapropriadas de saneamento/ falta de passeios e ciclovias/ ausência de equipamento públicos de lazer e cultura.

BARRA DA LAGOA

- População: 7.360 habitantes (IPUF, 2008)
- Ambiente social: Antiga colônia de pescadores, consolidada por açorianos. Vem sofrendo modificação social.
- Ambiente natural: Canal da Barra da Lagoa, com 2 km de extensão e aproximadamente 35 m de largura, ligando a Lagoa da Conceição ao mar.
- Economia: Tradicionalmente a pesca. Sofre uma transição pois moradores estão abandonando esta atividade econômica p/ entrar no mercado de trabalho de Florianópolis ou engajar-se a atividade turística.
- Cultura: Vínculo c/ a cultura tradicional açoriana. Festas típicas, farra do boi, gastronomia, artesanato, construção de embarcações e sociabilidade.
- Educação: Três núcleos de ensino. Sede do Projeto Tamar.
- Problemáticas: Construções em áreas de preservação/ ausência de equipamentos públicos adequados p/ o lazer e o turismo/ descarga de esgoto no curso d’água do entorno



LEGENDA
— Limite do Parque
— Dist. de São João do Rio Vermelho
— Dist. da Barra da Lagoa
— Costa da Lagoa
— Lagoa da Conceição
— Praia do Moçambique
● Unidade de ensino
● Projeto Tamar

Anseios da Comunidade p/ área do parque

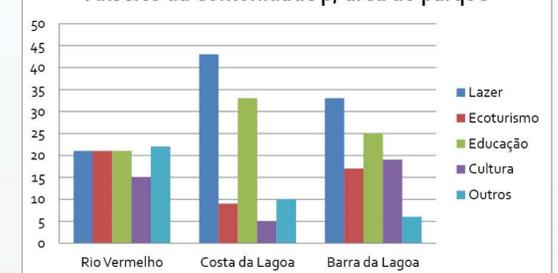


Gráfico elaborado a partir de dados coletados no Projeto Parque Estadual do Rio Vermelho

A área do Parque Estadual do Rio Vermelho pouco se relaciona com os moradores das comunidades do entorno. Falta interesse dos mesmo em interagir com a unidade de conservação devido a inexistência de uma estruturação de atividades a serem ali realizadas. Entre os principais anseios das comunidades que poderiam ser saciados na área do parque estão: a prática de lazer, de educação ambiental, de ecoturismo e de manifestações culturais.

OCUPAÇÃO DE UMA UNIDADE DE

FLORIANÓPOLIS / SC

COSTA DA LAGOA

- População: 760 habitantes (PMF, 2006).
- Ambiente social: Início da ocupação com a colonização açoriana.
- Ambiente natural: O caminho geral da Costa da Lagoa tem cerca de 7 km e é composto por uma diversidade de elementos naturais, entre eles cursos d'água, cachoeiras, visuais cênicos e uma vegetação diversificada de floresta ombrófila densa. Área tombada pelo município.
- Economia: Tradicionalmente de atividade agrícola e de pesca artesanal vem sofrendo valorização para atividades turística.
- Surge assim um mercado informal de trabalho que inclui viagens de barco e atividade de restaurantes.
- Educação: Um núcleo de ensino.
- Problemática: Comunidade isolada dificultando acesso a serviços públicos/ expansão em direção a áreas de preservação/ ausência de equipamentos públicos adequados p/ o lazer.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO

Mapa de localização atual das infra-estruturas existentes no parque. Base da imagem: Google Earth



- LEGENDA**
- ① Acesso a Praia do Moçambique
 - ② Viveiro de mudas
 - ③ Camping do Rio Vermelho
 - ④ Camping da ACSPBSC
 - ⑤ Polícia Ambiental
 - ⑥ Camping escoteiros
 - ⑦ Terminal Lacustre
 - ⑧ Estação de Tratamento de Esgoto



Imagem do viveiro de mudas inativo. Fonte: arquivo pessoal

A área do atual PAERVE é decretada como Estação Florestal do Rio Vermelho. Objetivo de experimentação e identificação de espécies adaptáveis a região, que fossem mais aptas a crescer e proteger a orla marítima do Estado, visando principalmente a fixação de dunas. Construção do viveiro de mudas para o cultivo dessas espécies. SITUAÇÃO ATUAL: Inativo, devido à situação precária de manutenção tornou-se impróprio para funcionamento. Deixando assim de ter a função de produção de mudas e consequentemente de distribuição para a comunidade aliada a atividades de educação ambiental, práticas que ocorriam no local.

1962

dec.60

63 a 70

1973

1974

1980

1988

dec.90

1994

1995

1999

Consolidação da estrada de acesso a praia do Moçambique. SITUAÇÃO ATUAL: Estrada para veículos locada em cima de área de dunas. Carente de estacionamentos para atender aos visitantes que buscam a praia e acabam por parar seus carros em cima de área de restinga.



Imagem da estrada locada sobre dunas. Fonte: arquivo pessoal

É construído o Camping do Rio Vermelho em um convenio da Secretaria Estadual da Agricultura, então administradora do parque, com o Camping Clube Brasil, que realizou o projeto arquitetônico. SITUAÇÃO ATUAL: Administrado pela Fatma desde 2007, porém pela falta de recursos humanos não abriu ao público nas últimas duas temporadas de verão. Suas instalações estão em condições precárias ao uso devido à falta de manutenção.



Imagem da edificação de cozinha e churrasqueira. Fonte: arquivo pessoal



Imagem da antiga recepção do Camping do RV. Fonte: arquivo pessoal



Imagem da edificação dos vestiários. Fonte: arquivo pessoal

É estabelecido pelo governo o plantio experimental de 25 espécies de Pinus. Este processo, que durou 12 anos, promoveu a introdução de uma quantidade enorme de espécies exóticas ao parque, em uma área de 700 hectares, descaracterizando grande parte da restinga. Além da modificação de área de solo para a preparação do terreno para receber as mudas e construção de canais de drenagem em área alagadas. A área passa a ter características naturais muito diferentes das originais.

Construção do trapiche que funcionava como atracador na área atual do terminal lacustre.

A área passa a ser denominada Parque Florestal do Rio Vermelho. Os objetivos principais do parque eram os mesmos da estação florestal, de plantio experimental de espécies exóticas, porém adicionando itens referentes à restauração da flora e fauna locais para fins de estudo, proteção e conservação. Atitude que reflete o início de uma preocupação quando a degradação do ecossistema ali encontrado.



Imagem da área do camping, de acesso restrito ao público no geral. Fonte: arquivo pessoal

Criação do Camping Associação dos Cabos e Soldados Policiais e Bombeiros Militares de SC (ACSPBMSC). Área cedida pela SIDASC e administrada pela associação desde então. Possui caráter privado sendo que só pode ser utilizado por associados, diante pagamento de mensalidade. SITUAÇÃO ATUAL: Apresenta problemas quanto ao saneamento, fiação elétrica disposta inadequadamente e presença de Pinus e Eucalyptus muito antigos na área do camping, gerando risco a saúde dos visitantes.

Consolida-se o reconhecimento do potencial natural da unidade de conservação como um rico habitat para inúmeras espécies da fauna e flora do litoral catarinense. Assim como o grande risco de depreciação a que está sujeita, visto a região em que esta inserida, ocasionada pela expansão urbana desordenada. Iniciam-se debates em torno das inúmeras potencialidades de uso e preservação do parque.

Construção edifício-sede da Polícia Ambiental - 1º Pelotão do Batalhão da Polícia Militar ambiental. Contando ainda com a implantação do Centro de Triagem Animais Silvestres (CETAS), ligado ao IBAMA, nas suas dependências. SITUAÇÃO ATUAL: A Polícia Ambiental entre outras funções realiza monitoramento na área do parque para garantir sua preservação. O CETAS realiza atividades de triagem, resgate e reabilitação de animais da fauna brasileira. É o único centro de triagem cadastrado p/ cuidar de animais silvestres do estado e sua função é importante porém conflitante com as objetivos de uma Unidade de Conservação que prioriza recursos biológicos de forma selvagem e proíbe a introdução de espécies exóticas. Permite também a visitação p/ promover a educação ambiental.



Imagem de uma das construções do batalhão atualmente ocupada pela equipe da Fauna administra o parque, por falta de outra adequada. Fonte: arquivo pessoal



Imagem do acesso restrito a população da Polícia Ambiental. Fonte: arquivo pessoal

É implantado o Camping da Associação dos Escoteiros através de uma cessão de uso da área ao Grupo de Escoteiros Hercílio Luz. Quando não estão ocorrendo atividades dos escoteiros, no período de março a setembro, o camping é liberado ao público no geral. SITUAÇÃO ATUAL: Presença de Eucalyptos antigos em terreno arenoso apresentando risco de queda. Deficiência no saneamento e rede elétrica. Necessidade de reforma nas estruturas existentes.



Imagem de construção pertencente ao Camping dos Escoteiros. Fonte: arquivo pessoal

Primeiro licenciamento de uma área de 10 hectares para a Companhia Catarinense de Água e Saneamento - CASAN.

CONSERVAÇÃO



Imagem de construção pertencente ao Camping dos Escoteiros. Fonte: arquivo pessoal

Construção do Terminal Lacustre Luiz Osvaldo D'Acampora Filho ao lado do antigo trapiche existente que atualmente recebe resíduos sólidos dos moradores da Costa a serem coletados pela Companhia de Melhoramentos da Capital - Concap. SITUAÇÃO ATUAL: É utilizado por visitantes que buscam a Costa, tendo ainda pouca intensidade de uso por moradores. Funciona de Segunda a Domingo no período diurno, ficando deserta a noite. Não se conecta com outro transporte público e carece de área própria para estacionamento.



Terminal lacustre. Fonte: arquivo pessoal



Área aberta adjacente a ele que é utilizada como estacionamento e depósito do lixo proveniente da Costa. Fonte: arquivo pessoal

É finalizado o processo de regularização da área em 24 de maio de 2007, com a assinatura do decreto nº 308, que definiu o Parque Florestal do Rio Vermelho, como Parque Estadual do Rio Vermelho. Integrando assim o Sistema Estadual de Unidade de Conservação.



Imagens do acesso restrito da ETE. Fonte: arquivo pessoal



Área de aspersão. Fonte: arquivo pessoal

CARACTERÍSTICAS NATURAIS

FAUNA E FLORA o Parque Estadual do Rio Vermelho e sua zona de amortecimento estão inseridos no bioma Mata Atlântica, um dos mais ameaçados do planeta, possuindo importantes amostras de seus ecossistemas, e de formações pioneiras de dunas, restinga e floresta ombrófila densa. Devido ao plantio experimental de espécies exóticas, destacando-se o gênero Pinus e Eucalyptus, que teve início com a criação da Estação Florestal do Rio Vermelho seguindo por muitos anos; aliado ao grande potencial de dispersão dessas espécies; atualmente aproximadamente 1/3 da área do parque é composta por esse tipo de vegetação. Observa-se, porém, a ocorrência de um processo de regeneração em alguns locais, contendo fragmentos que abrigam diversas espécies de interesse a conservação, entre elas a Mimosa catharinensis (unha de gato). Sendo assim a área conforma-se em:

- 54% por terreno plano e arenoso de restinga—formações herbáceas, arbustivas e arbóreas.
- 11% por Floresta Ombrófila Densa – encontrada no Morro dos Macacos que apresenta paisagem íntegra.
- 35% por ecossistema alterado - disposto por toda a extensão do parque. Observa-se a descaracterização da área com a plantação de grandes porções de florestas de espécies exóticas, já que as mesmas têm características muito diferentes das espécies nativas. Entre elas o porte da árvore. Já que, enquanto as maiores formações de restinga, as arbóreas, atingem uma altura entre 10-15m, as espécies de Pinus e Eucalyptus podem atingir até 30-45m de altura. Quanto a fauna, no parque foi registrada a ocorrência de 106 espécies de aves silvestres e 15 espécies de répteis, sendo um deles o lagartinho-da-praia (*Liolaemus occipitalis*), uma espécie rara, ameaçada de extinção que vive somente nas dunas do litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Existem atualmente 25 espécies de mamíferos na Ilha de Santa Catarina e existe a possibilidade de que praticamente todas elas sejam encontradas no PAERVE,

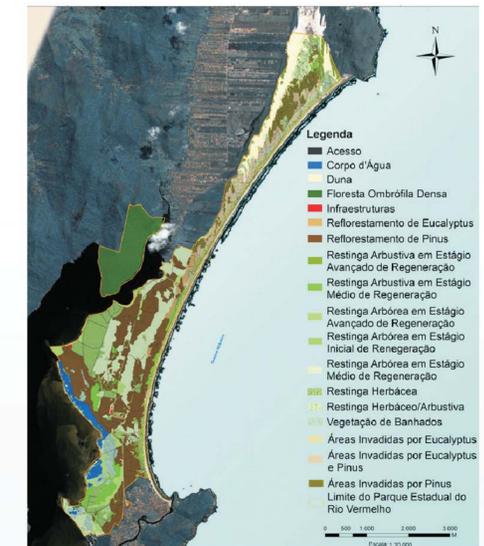


ASPECTOS FÍSICOS o espaço físico do Parque Estadual do Rio Vermelho tem maiores dimensões longitudinais que transversais, ocupando uma faixa de planície limitada pela Lagoa da Conceição e pela Praia do Moçambique. Além dessa área, pertence também ao parque uma porção montanhosa da encosta norte da lagoa, o Morro dos Macacos, localizada na margem oposta à mesma. Sendo assim o parque conforma-se por:

- Planícies lacustres – áreas eventualmente alagadas, encontradas nas margens da Lagoa da Conceição
- Planícies eólicas - campos de dunas ativas e estabilizadas pela vegetação de restinga. Presentes em uma área que segue toda a extensão longitudinal do parque, do Rio Vermelho a Barra da Lagoa. Adquire diferentes disposições de acordo com os ventos, sendo assim um lugar impróprio para ocupação humana.
- Modelados de dissecação – característica do Morro dos Macacos
- Cordões de restinga – paralelos à linha da praia, são alongados e estreitos.
- Sistema praiial Moçambique/Barra da Lagoa de 12,03 km de extensão. O parque abrange uma região situada nas bacias hidrográficas da Lagoa da Conceição e dos rios Capivari e Ingleses. O corpo de água da Lagoa da Conceição é mais preservado na sua porção norte, que recebe a influência da principal fonte de água doce da Lagoa, o Rio João Gualbert, assim como do Rio Vermelho, que cruza a UC ao norte, logo antes de encontrar a lagoa. Neste local encontra-se um dos sambaquis mais antigos da Ilha, de 5.020 anos atrás. Na mesma região, sob parte das duas bacias, existe o aquífero Ingleses-Rio Vermelho. Quanto ao clima, a área apresenta características inerentes ao litoral sul brasileiro, tendo estações do ano bem caracterizadas, verão e inverno bem definidos, e outono e primavera de características semelhantes. O nível de precipitação é significativo e bem distribuído ao longo do ano, não predominando uma estação seca.

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

entrará em vigor até o final deste ano de 2012. Abertura de um processo para manejo da área de reflorestamento, a ser realizado por uma empresa terceirizada - executará o corte da madeira com valor comercial em até 2 anos. Posteriormente, abertura de um processo de recuperação ambiental a ser realizado também por uma empresa privada - ações de restauração da vegetação nativa em até 5 anos – plantio de mudas nativas e retirada de mudas de espécies exóticas remanescentes. Produção de 120.000 mudas/ano no viveiro – p/ restauração do parque, prática de EA, doações e restauração de outras áreas de preservação.



Mapa de uso e ocupação do solo - com a atual cobertura vegetal do parque. Presença marcante de áreas de reflorestamento de Pinus na porção central e sul da UC; assim como de reflorestamento de Eucalyptus ao longo da extensão norte-sul do parque; e também de áreas invadidas por Pinus e Eucalyptus na área de dunas adjacente a Praia do Moçambique. Fonte: www.gipedu.ufsc.br

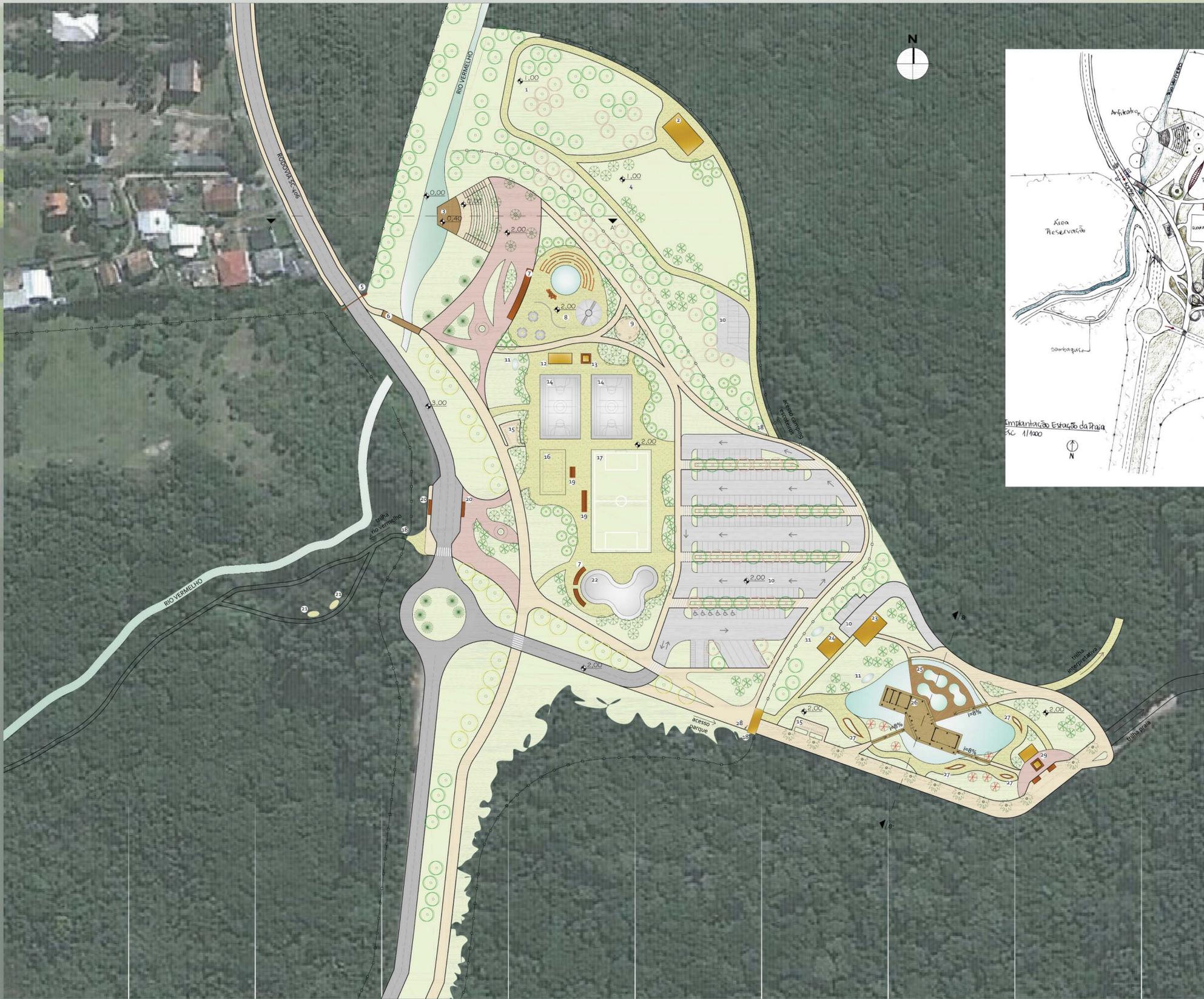


Representação esquemática das características naturais do parque: predominantemente plano, relevo na área de formação de dunas; limitado pela lagoa e pela praia; com presença de áreas inundáveis; com diferentes formações vegetais: restinga de diferentes portes, vegetação de banhados e espécies exóticas.

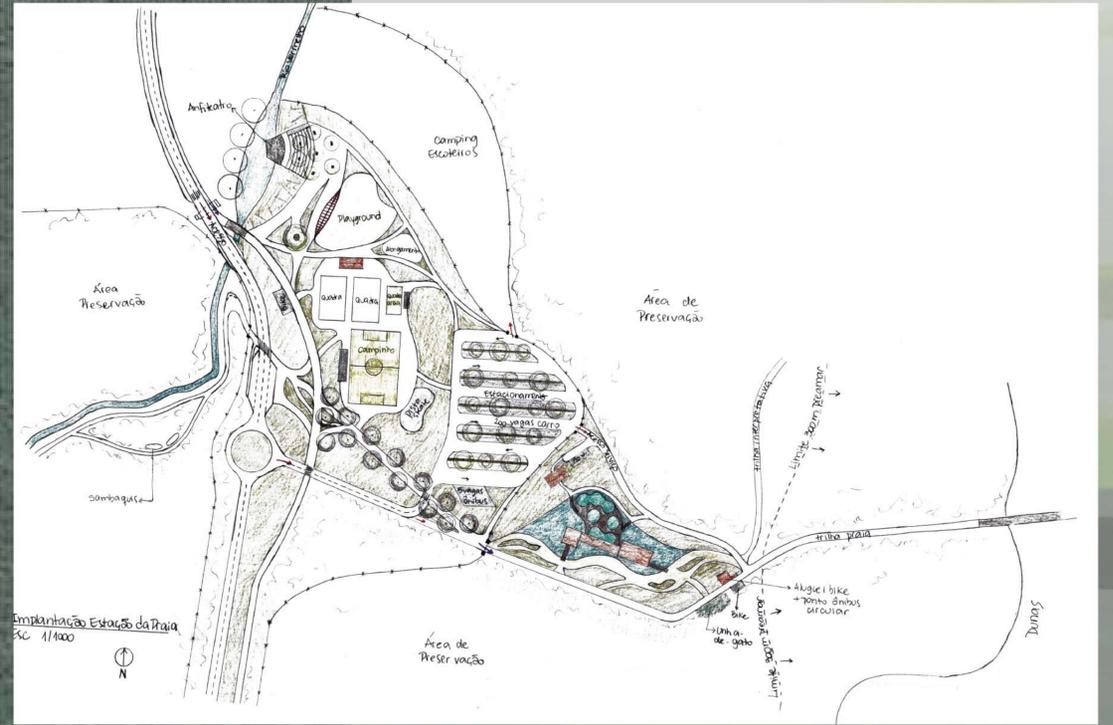
LEGENDA

	Limite do Parque Estadual do Rio Vermelho
	Hidrografia
	Via p/ veículos
	Via exclusiva p/ ônibus circular do parque
	Ciclovía + passeio
	Trilha
	Trilha sobre dunas
	Trilha interpretativa
	Eixo de acesso bairro-praia
	Cercamento
	Área inundável
	Área de dunas
	Área de acesso restrito
	Área informativa e educacional
	Área esportiva e cultural
	Área p/ camping
	Área de estacionamento
	Portão
	Marcação de entrada - pórtico
	Marcação de entrada - totem
	Ponto de ônibus
	Ponto de ônibus circular
	Ponto de aluguel de bicicleta
	Posto de segurança
	Posto salva-vidas
	Quiosque de praia
	Deck contemplativo
	Mirante
	Elevação na via p/ passagem de animais
	Estação Praia: Área de lazer + Centro de Visitantes + Camping dos Escoteiros + estacionamento
	Parada Educacional: Rio Vermelho e Sambaquis
	Parada Educacional: antigo viveiro de mudas
	Parada Educacional: antigo Camping Escoteiros
	Sede da Polícia Ambiental - visitaçao restrita a usuários do transporte circular do parque
	Parada Educacional: Ponta da Quimera - visual do Morro dos Macacos/ Mata Atlântica
	Estação Lagoa: Área de lazer + Centro de Visitantes + Estacionamento
	Parada Educacional: reflorestamento
	Parada Educacional: ETE e trilha interpretativa em sua área de aspersão
	Parada Educacional: antiga sede do Camping do Rio Vermelho
	Estação Restinga: Área de lazer + Centro de Visitantes + Camping do Rio Vermelho + estacionamento





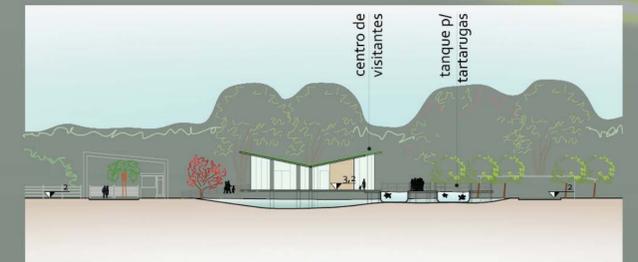
IMPLANTAÇÃO ESTAÇÃO PRAIA
Esc. 1/1000



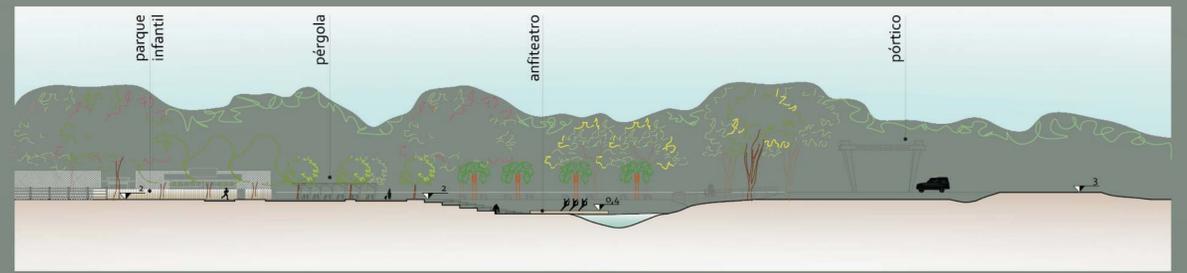
ESTUDOS INICIAIS

LEGENDA

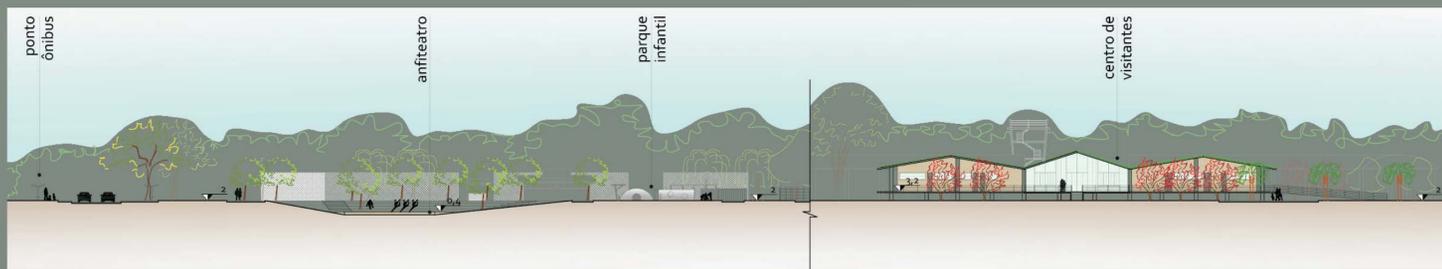
1 Camping	18 Pata-de-vaca	25 Grama
2 Cozinha + vestiários	19 Sibipiruna	26 Água
3 Anfiteatro	20 Paineira-rosa	27 Deck
4 Prática de atividades esportivas	21 Mulungu-do-litoral	28 Solo-cimento
5 Pórtico	22 Ipê-do-brejo	29 Paver
6 Ponte	23 Aroeira-salsa	30 Areia grossa
7 Pérgola	24 Aroeira-mansa	31 Pó-de-brita
8 Parque infantil	25 Bullá	32 Asfalto
9 Equipamentos de ginástica	26 Jerivá	33 Concreto
10 Estacionamento	27 Pitangueira	
11 Zona de raízes	28 Sambaquis	
12 Sanitários	29 Cerejeira	
13 Quiosque	30 Administração	
14 Quadra Poliesportiva	31 Veterinária	
15 Bicicletário	32 Tanques p/ tartarugas	
16 Quadra de volei	33 Centro de visitantes	
17 Campo de futebol	34 Banco / canteiro	
18 Portão	35 Totem	
19 Arquebanhada	36 Ponto de aluguel de bicicleta	
20 Ponto ônibus	37 Ponto ônibus circular	
21 Sambaquis		
22 Pista de skate		
23 Administração		
24 Veterinária		
25 Tanques p/ tartarugas		
26 Centro de visitantes		
27 Banco / canteiro		
28 Totem		
29 Ponto de aluguel de bicicleta		
30 Ponto ônibus circular		



CORTE BB'
ESC. 1/500

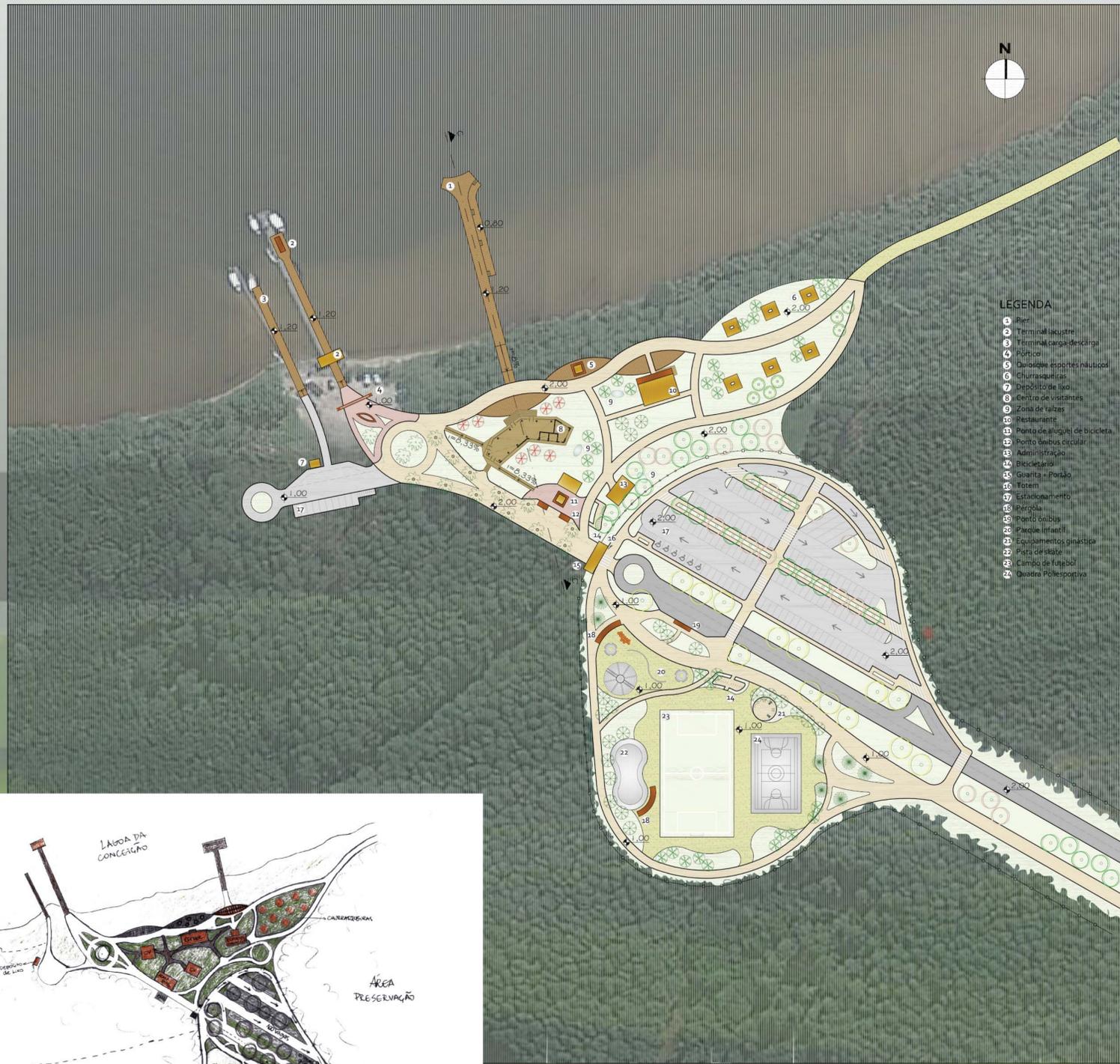


CORTE AA'
ESC. 1/500



CORTE DD'
ESC. 1/500





IMPLANTAÇÃO ESTAÇÃO LAGOA

Esc. 1/1000

ESTUDOS INICIAIS



CORTE CC'
ESC. 1/500

LEGISLAÇÃO

SNUC

- Integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e é regido por ele.
- Pertence ao grupo de Unidades de Proteção Integral classificado na categoria Parque – permite usos mais intensivos em diversas áreas da UC.
- Administrado pelo órgão ambiental estadual, Fatma, sem apoio de gestão de nenhuma Organização Social de Interesse Público (OSICIP) – é aberta a possibilidade de uma OSICIP participar da gestão de Unidades de Conservação, auxiliando assim a promoção de práticas de educação ambiental, monitoramento e manutenção da unidade.
- De posse e domínio totalmente público, sendo que áreas com características privadas que estiverem em seu território deverão ser relocadas.
- Ainda não possui um Plano de manejo – documento que rege a UC, destacando suas potencialidades e problemáticas, permissões e proibições. Define áreas de acesso ao público geral, aos pesquisadores e as que não devem ter qualquer uso humano – Zoneamento.
- Possui grande quantidade de espécies exóticas - devem ser removidas já que o SNUC proíbe a introdução de espécies que não sejam nativas à unidade.

PLANO DIRETOR

- Classificado como Área de Preservação Permanente – APP segundo o Plano Diretor Balneários de Florianópolis LEI Nº 2193/85
- Art. 29 As Áreas adjacentes aos Elementos Hídricos (AEH) incluem: (...)
- III - a faixa de 100 (cem) metros nas margens dos lagos e lagoas;
- Art. 121 A faixa de 15 (quinze metros) nas margens dos rios fluviáteis ou navegáveis, e ao longo de qualquer águas correntes e dormentes, destina-se à defesa contra a erosão e a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas, sendo nelas proibida a supressão de quaisquer formas de vegetação, a implantação de edificações, a realização de aterro e o depósito de resíduos sólidos.
- Art. 123 Nas margens dos lagos e lagoas numa faixa de 100 (cem metros) é vedada a supressão da cobertura vegetal.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 303/2002

- Limite de área de preservação de 300 metros de restinga a partir da linha preamar e de toda extensão de Dunas
- Art. 3º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada: (...)
- IX - nas restingas:
 - a) em faixa mínima de trezentos metros, medidos a partir da linha de preamar máxima;
 - b) em qualquer localização ou extensão, quando recoberta por vegetação com função fixadora de dunas ou estabilizadora de mangues

DIAGNÓSTICO



Mapa de acessos e sistema viário



Acesso norte. Fonte: arquivo pessoal



Acesso sul. Fonte: arquivo pessoal



Acesso oeste. Fonte: arquivo pessoal



Estrada desativada, em área de preservação. Fonte: arquivo pessoal



ônibus apropriado p/ estrada de areia. Fraser Island/ Austrália



ACESSOS

PROBLEMÁTICAS

- Acesso predominante por automóvel particular – Inexistência de passeio e ciclovia/ poucas paradas de ônibus na área do parque/falta de estrutura no Terminal Lacustre
- Estrada sobre dunas que dá acesso a praia.
- Falta de limitações ao acesso de áreas de preservação.
- Rod. João Gualberto Soares caracteriza-se como via de passagem.

MOBILIDADE

- Poucas opções de mobilidade dentro da unidade além do automóvel – grandes distâncias.
- Ocorrência de atropelamento de animais na Rodovia João Gualberto Soares.

ZONEAMENTO

- Estruturas com usos incompatíveis a legislação.
- Falta de Segurança.
- Falta de atrativos no parque.
- Carência de estações de recepção.
- Carência de equipamentos públicos destinados ao lazer e turismo adequados no entorno.

DIRETRIZES

- Marcar acesso por trilhas existentes do bairro do Rio Vermelho p/ Praia do Moçambique - locar totem indicativo da UC nas principais vias do bairro; Rodovia SC-406 e Treessão.
- Localizar pontos de ônibus próximos às estruturas propostas.
- Valorizar o acesso pelo terminal lacustre melhorando opções de mobilidade p/ acessá-lo - conexão com transporte coletivo / criação de estacionamentos.
- Proibir acesso de veículos particulares na estrada da Praia do Moçambique.
- Definir áreas de acesso ao público em geral limitando as de preservação com cercas e moirões - garantir a preservação dos recursos naturais em sua forma mais primária.
- Criar marcações de entrada p/ caracterizar o acesso ao parque - locar pórticos nos acessos norte, sul e oeste.
- Criar paradas de interesse à educação ambiental e informação sobre a unidade de conservação ao longo da porção da Rodovia SC-406 que cruza o parque - bolsões de estacionamento com placas informativas/ mirantes/ acesso a trilhas.

- Valorizar o deslocamento a pé ou por bicicleta - suprimir vias de acesso a veículos particulares no interior do parque.
- Passeio combinado p/ pedestres e ciclistas paralelo às vias de veículos.
- Sistema de aluguel de bicicletas.
- Sistema de ônibus circular – acesso exclusivo a Praia do Moçambique e a estrada inserida em área de conservação.
- Trilhas p/ pedestres e ciclistas conectando estruturas.
- Elevação da rodovia em alguns pontos p/ permitir a passagem de animais.

- Remover da área do parque o Camping ACSBPMSC e o CETAS
- Zonas de acesso restrito a população – Polícia Ambiental, ETE, sede administrativa da Fatma
- Zonas de uso agregando as estruturas existentes com as propostas – relocalizar Camping dos Escoteiros, Camping do Rio Vermelho, viveiro de mudas
- Estações do Parque: Centros de Recepção aos Visitantes + Educação Ambiental/ áreas esportivas e culturais/ estacionamento
- Agregar sede do Projeto Tamar, administrada pelo IBAMA, existente em área adjacente a unidade de conservação, a um dos centros educacionais
- Localizar postos de segurança junto às Estações do Parque prevendo horário de funcionamento das mesmas - áreas de lazer sempre abertas
- Promover relação entre os visitantes e as áreas de uso restrito - trilha interpretativa/ transporte circular
- Preservar em seu local de origem a memória das estruturas que estão sendo relocadas

PLANO DE ATIVIDADES

A serem realizadas na UC - relativas aos diferentes ecossistemas encontrados na mesma:

- Trilhas interpretativas em áreas de interesse educacional
- Trilhas em áreas de preservação
- Rede de mirantes espalhados pelo parque
- Estar contemplativo em decks na margem da lagoa
- Prática de esportes náuticos na lagoa
- Quiosques de apoio aos usuários das praias do Moçambique e Barrada Lagoa – espaço p/ prestação de serviços + guarda-volumes + banheiros + duchas + posto salva-vidas
- Práticas esportivas e recreativas
- Apresentações culturais



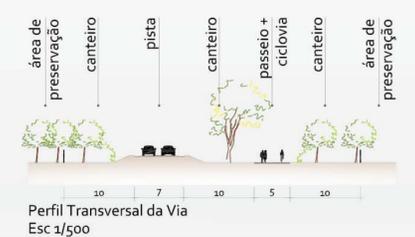
croqui trilha em área de preservação com mirantes



croqui deck contemplativo na lagoa



Corte Elevação da Via Esc 1/500



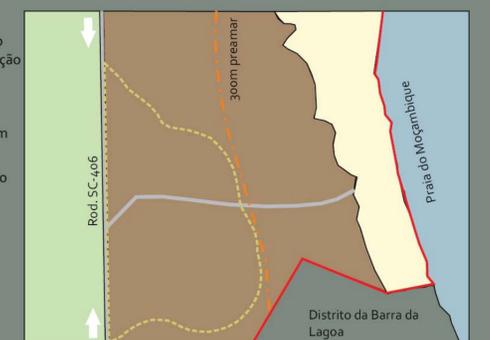
Perfil Transversal da Via Esc 1/500



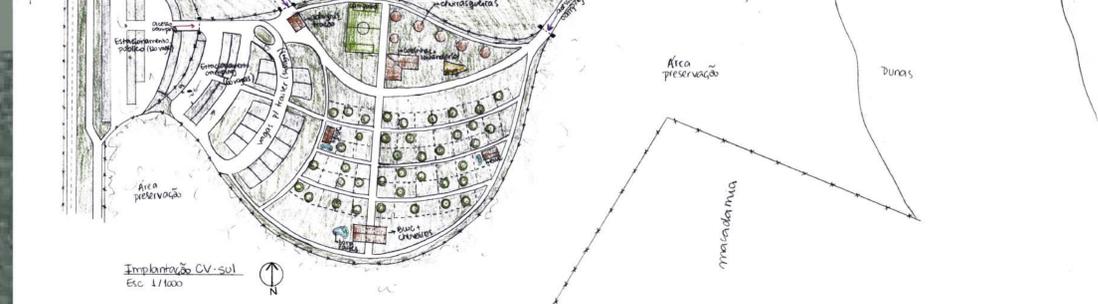
IMPLANTAÇÃO GERAL

PROPOSTA

- Implantação de 3 núcleos de uso público p/ prática de atividades recreativas e educacionais.
- Locados nos extremos do parque - próximo às comunidades do entorno e aos acessos.
- Temáticos - relativos aos diferentes ecossistemas da unidade de conservação.







ESTUDOS INICIAIS

LEGENDA

1	Campo de futebol	32	Pata-de-vaca	Grama
2	Arquibancada	33	Sibiruna	Água
3	Pista de skate	34	Paineira-rosa	Deck
4	Quadra Poliesportiva	35	Mulungu-do-litoral	Solo-cimento
5	Quadra de volei	36	Ipê-do-brejo	Paver
6	Bicicletário	37	Aroeira-salsa	Areia grossa
7	Equipamentos de ginástica	38	Aroeira-mansa	Pó-de-brita
8	Quiosque	39	Buriá	Asfalto
9	Sanitários	40	Jerivá	Concreto
10	Zona de raízes	41	Pitangueira	
11	Parque infantil	42	Cerejeira	
12	Anfiteatro	43	Aracá	
13	Guarita + Portão	44	Jaboticabeira	
14	Tolm	45		
15	Estacionamento	46		
16	Centro de visitantes	47		
17	Pomar	48		
18	Viveiro de mudas	49		
19	Mirante	50		
20	Admin. Centro de Visitantes	51		
21	Administração Fatma	52		
22	Garagem ônibus circular	53		
23	Ponto de aluguel de bicicleta	54		
24	Ponto ônibus circular	55		
25	Portão	56		
26	Recepção/ Admin/ Mercaria	57		
27	Restaurante/ Cozinha comunitária	58		
28	Churrasqueiras	59		
29	Sala de jogos	60		
30	Camping	61		
31	Ponto ônibus	62		
32	Quiosque praia	63		

IMPLANTAÇÃO ESTAÇÃO RESTINGA
Esc. 1/1000



ARQUITETURA CENTROS DE VISITANTES

RECEPÇÃO

implantadas próximas às entradas e voltadas para elas

DESTAQUE

elevadas do solo sobre palafitas

PERMEABILIDADE

diversas opções de acesso

PAISAGEM

grande hall envidraçado permitindo máximo visual

FUNÇÃO

alas fechadas conformando os espaços funcionais do edifício

ORIENTAÇÃO

áreas de permanência ao norte e circulações ao sul

INSERÇÃO

utilização de madeira e telhado jardim

IDENTIDADE

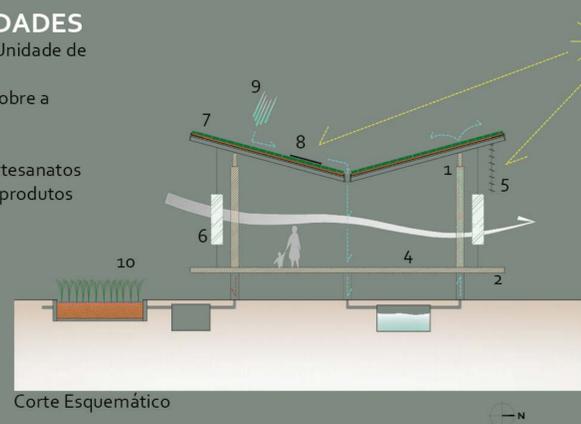
mesmas características adequadas a cada implantação

MOVIMENTO

planta que conforma espaços externos voltando-se para eles

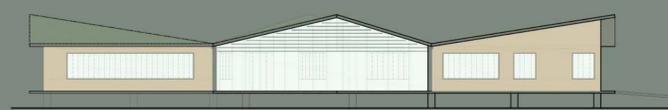
PROGRAMA NECESSIDADES

- Hall com informações sobre a Unidade de Conservação
- Área de exposições temáticas sobre a fauna e flora
- Estar e café
- Loja para comercialização de artesanatos das comunidades do entorno e produtos relacionados ao parque
- Auditório
- Sala para oficinas
- Biblioteca
- Banheiros

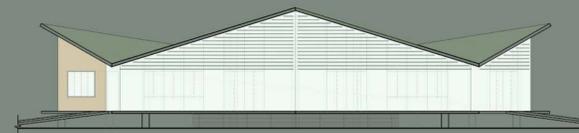


ESTRATÉGIAS APLICADAS

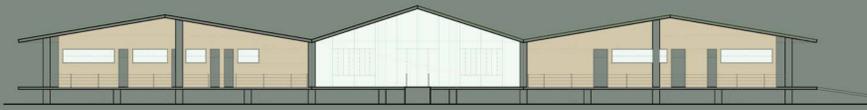
- 1- Materiais de construção disponíveis - utilizar a madeira proveniente do manejo das áreas de reflorestamento.
- 2- Edificação sobre palafitas - preservar o solo original.
- 3- Orientação solar norte-sul - reduzir o ganho de calor e aproveitar a radiação no inverno.
- 4- Planta baixa estreita - favorecer a iluminação natural.
- 5- Brises na fachada norte - impedir a entrada de luz solar direta e garantir sombreamento no verão.
- 6- Aberturas - promover a ventilação cruzada através da criação de entradas e saídas de ar, na forma de janelas, em lados opostos da edificação.
- 7- Teto-jardim - isolante térmico proporcionando assim conforto interno na edificação.
- 8- Placas solares - localizadas em coberturas orientadas e inclinadas de modo a proporcionar melhor absorção da radiação solar para o aquecimento da água.
- 9- Captação da água da chuva - reduzir o consumo de água potável utilizando água captada da chuva para abastecer vasos sanitários e sistema de irrigação do telhado jardim.
- 10- Tratamento de esgoto com zona de raízes - efluentes tratados nas próprias infraestruturas.



Elevação norte - Estação Praia
Esc 1/250



Elevação norte - Estação Lagoa
Esc 1/250



Elevação sul - Estação Restinga
Esc 1/250

TABELA DE VEGETAÇÃO

Símbolos	Nome	Nome Popular	Altura Máxima	Época de floração	Origem
☘	Bauhinia forficata	Pata-de-vaca	6,00 m	Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto	RJ, MG até RS
☘	Caesalpinia peltophoroides	Sibipiruna	15,00 m	Agosto, Setembro, Outubro, Novembro	Mata Atlântica
○	Ceiba speciosa	Paineira-rosa	30,00 m	Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Dezembro	RJ, MG, Go, SP, MS e PR
☘	Erythrina speciosa	Mulungu-do-litoral	5,00 m	Junho, Julho, Agosto, Setembro	ES, MG até SC
☘	Handroanthus umbellatus	Ipê-do-brejo	15,00 m	Inverno	MG e RJ até RS
☘	Schinus molle	Aroeira-salsa	8,00 m		Sul do Brasil
☘	Schinus terebinthifolia	Aroeira-mansa	10,00 m	Janeiro, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro	PE até MG e SC e RS
☘	Butia eriospatha	Butiá	5,00 m	Janeiro, Outubro, Novembro, Dezembro	Sul do Brasil
☘	Syagrus romanzoffiana	Jerivá	15,00 m	Ano Todo	ES, RJ, MG, GO, MS até RS
☘	Eugenia uniflora	Pitangueira	12,00 m	Agosto, Setembro, Outubro, Novembro	MG até RS
☘	Eugenia involucrata	Cerejeira	8,00 m	Setembro, Outubro, Novembro	MG até RS
☘	Psidium cattleianum	Aracá	6,00 m	Junho a Dezembro	BA até RS
○	Myrciania cauliflora	Jaboticabeira	15,00 m	Julho, Agosto, Novembro, Dezembro	MG, MS, SP até RS

BIBLIOGRAFIA

- AGENDA 21, For Sustainable Construction in Developing Countries (Agenda 21 para a Edificação Sustentável em Países em Desenvolvimento), 2002. Disponível em: http://www.cidb.org.za/Documents/KC/External_Publications/ext_pubs_021_sustainable_construction.pdf Acesso: 30 de novembro de 2011.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Lei nº 9.795, Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 1999.
- CAPRA, Fritjof e outros. Alfabetização ecológica. A educação das crianças para um mundo mais sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). Agenda 21 - Capítulo 36. Rio de Janeiro, 1992.
- FERREIRA, Francisco Antônio Carneiro. Projeto Parque Estadual Rio Vermelho: Subsídios ao plano de manejo. Florianópolis: Insular, 2010.
- KEELER, Marian e BURKE, Bill. Fundamentos de projetos de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2000.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Lei nº 13.558, Política Estadual de Educação Ambiental. 2005.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Decreto nº 3.726, Programa Estadual de Educação Ambiental. 2010.
- SNLUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000.
- SOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA. Plano de Manejo Parque Estadual Frits Plaumann.